

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-276-0

DOI 10.22533/at.ed.760192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado.

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em

solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades.” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenúncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos

sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora mas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ISABEL O MUERTE!**: **O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA *EL CAUDILLO* (1973-1975)**, a autora Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski, busca investigar procuramos demonstrar como a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, mesmo não se declarando como uma publicação da direita peronista, possuía um discurso pró-Isabel e de aniquilação dos infiltrados e traidores. Seu tom ameaçador através do slogan “*el mejor enemigo es el enemigo muerto*”. No artigo **OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER** o autor ou autora CLAUDIA PEIXOTO CABRAL, buscam abordar a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. No artigo **A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO**, os autores Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Mariele Rodrigues Correa Leonardo Lemos de Souza buscam analisar o envelhecer feminino na contemporaneidade. A velhice têm sua história e,

esta, é determinada em cada época e em cada cultura de forma diferente. No artigo **A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA** o autor Gabriel Pancera Aver buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. No artigo **A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA** a autora Érica Elisa Nickel, apresentou os resultados de pesquisa do programa de educação para o trânsito, direcionada à pessoa idosa, denominado “Boa prosa sobre trânsito” ocorrido em Curitiba, no Paraná, entre 2014 e 2016, realizado por uma organização não governamental. No artigo **A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO**, as autoras Francisca Janice Silva Ana Paula Fernandes Cunha, objetivo deste é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, para o processo de aprendizagem do coordenado pedagógico como formador de professor, na abordagem transdisciplinar. No artigo **A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA**. As autoras Andréia de Oliveira Militão e Angela Maria Sales Barros buscam trazer informações relevantes sobre a DA com ênfase à genética e aos novos avanços, coletadas, através de revisão bibliográfica, e anteriormente publicadas em revista científica e anais de congresso, foram reorganizadas e disponibilizadas de forma a facilitar o conhecimento sobre a doença, ao acesso e contribuir com pesquisas voltadas ao entendimento da doença. No artigo **A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE** a autora Amanda Rebeka Lima de Souza buscou se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali. No artigo **A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ** as autoras Janaiára Maria de Paiva Ferreira e Sandra Maria Fontenele Magalhães buscam entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. No artigo **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**, os autores Everton Gabriel Bortoletti e Laise Ziger buscam identificar os desafios e potencialidades da participação social no Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), tendo em vista suas peculiaridades de atribuições, composição e representação. No artigo **A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO, os autores Fernanda Penteado, Alison Diego Leajanski, Willian Samuel Santana da Roza buscam pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, destacando alguns aspectos referentes ao êxodo rural e a sua problemática, assim, apresentar uma discussão teórica e conceitual. No artigo **A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA** busca analisar a moda não é somente a escolha do vestuário, mas está ligada a formas culturais de expressão e principalmente de linguagem. É através dela que o sujeito pode demonstrar sua personalidade, seus costumes e representar uma dada forma de ser, atribuindo significados e valores para essa ação. Acredita-se que todos esses significados englobam a semiótica e moda que dentro dessa perspectiva é vista como um produto cultural desses significados. No artigo **A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA**, os autores Isa Stavracas, Ana Lee Claudio, Rebeca Josiane Ferreira da Silva, Sandra Esteves de Camargo, Vanessa Alves Duarte de Oliveira, buscar fazer uma análise da transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como os níveis de ensino se articulam para dar continuidade aos processos que envolvem o lúdico que se iniciam na educação infantil e devem se formalizar nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização. No artigo **A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA** os autores Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida, Universidade, Stefani Monique Vasconcelos, Sheila Marta Carregosa Rocha, buscam investigar o seguinte: De que forma o projeto de extensão intitulado “Universidade Aberta a Terceira Idade” desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba. No artigo **AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO**, os autores Helane Santana Cruz e Vínicius Zacarias Maldaner da Silva buscam relatar o caso de uma idosa atendida pela equipe de estratégia saúde da família na cidade de Brasília-Distrito Federal. Método: estudo observacional, do tipo relato de caso, conduzido à uma idosa da comunidade durante a visita domiciliar. Os dados foram coletados por meio do questionário VES-13. No artigo **CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR**, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia e Mara Rúbia Rutzen realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental para comparação e discussão com a realidade do Centro de Saúde do Idoso de Blumenau. No artigo **COMO NOS TEMPOS DA “BABA”:** A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI, Matheus Alexandre Razera, Valter Martins analisar diferentes receitas e a prática de preparar cerveja artesanal, descobrir como este saber é aprendido e repassado. Para tanto

utilizamos o método da História Oral e textos teóricos sobre História da Alimentação. No artigo **CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**, os autores José Daniel Soler Garves, Andrezza Santos Flores, Cibele Diogo Pagliarini, Ângela Coletto Morales Escolano buscam discutir a importância do uso consciente da água, os motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água. No artigo **CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)**, os autores Auristela Duarte Moser, Fernanda Cury Martins Teigão, Kethelyn Contente Alves, buscam Construir um instrumento multidisciplinar de avaliação da funcionalidade em idosos institucionalizados baseado na CIF e validá-lo com especialistas da área. No artigo **DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**, a autora Pamela da Costa Lopes Sales busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. No artigo **DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”**, os autores Ana Elisa Nardo Caseri e Carmem Lúcia Sussel Mariano buscou-se analisar como o Programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo de Televisão, abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e os usos que têm sido feitos desses temas pela mídia. No artigo **EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o papel da formação continuada**, os autores Maria Almerinda de Souza Matos, Cátia de Lemos, Claudenilson Pereira Batista buscaram relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. No artigo **ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMAR DO SÉC. XXI**, os autores Marcia Scavinski e Valter Martins analisar mudanças e permanências nas práticas e no ofício dessas benzedadeiras ao longo do tempo, compreendendo as suas práticas curativas, investigando a memória dessas mulheres a partir de depoimentos, relacionando com a história da religiosidade popular.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“¡ISABEL O MUERTE!”: O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> (1973-1975)	
Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski	
DOI 10.22533/at.ed.7601924041	
CAPÍTULO 2	17
OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER	
Claudia Peixoto Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.7601924042	
CAPÍTULO 3	35
A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO	
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva	
Mariele Rodrigues Correa	
Leonardo Lemos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924043	
CAPÍTULO 4	47
A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
Gabriel Pancera Aver	
DOI 10.22533/at.ed.7601924044	
CAPÍTULO 5	61
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA	
Érica Elisa Nickel	
DOI 10.22533/at.ed.7601924045	
CAPÍTULO 6	69
A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO	
Francisca Janice Silva	
Ana Paula Fernandes Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7601924046	
CAPÍTULO 7	80
A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA	
Andréia de Oliveira Militão	
Angela Maria Sales Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7601924047	
CAPÍTULO 8	92
A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE	
Amanda Rebeka Lima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924048	

CAPÍTULO 9	107
A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ	
Janaiára Maria de Paiva Ferreira Sandra Maria Fontenele Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.7601924049	
CAPÍTULO 10	115
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	
Everton Gabriel Bortoletti Laise Ziger	
DOI 10.22533/at.ed.76019240410	
CAPÍTULO 11	122
A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	
Fernanda Penteado Alison Diego Leajanski Willian Samuel Santana da Roza	
DOI 10.22533/at.ed.76019240411	
CAPÍTULO 12	130
A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA	
Gabriela Cristina Maximo Evandro Fernandes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240412	
CAPÍTULO 13	139
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA	
Isa Stavrakas Ana Lee Claudio Rebeca Josiane Ferreira da Silva Sandra Esteves de Camargo Vanessa Alves Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.76019240413	
CAPÍTULO 14	152
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: OS RITOS DE PASSAGEM E AS EXPECTATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE O PROCESSO	
Isa Stavrakas Fernanda Alexandre dos Santos Loide Giacometti Bervanger Stefani Leite Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.76019240414	

CAPÍTULO 15	165
A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA	
Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida Stefani Monique Vasconcelos Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.76019240415	
CAPÍTULO 16	174
AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO	
Helane Santana Cruz Vínicius Zacarias Maldaner da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76019240416	
CAPÍTULO 17	182
CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia Mara Rúbia Rutzen	
DOI 10.22533/at.ed.76019240417	
CAPÍTULO 18	192
COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI	
Matheus Alexandre Razera Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240418	
CAPÍTULO 19	207
CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
José Daniel Soler Garves Andrezza Santos Flores Cibele Diogo Pagliarini Ângela Coletto Morales Escolano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240419	
CAPÍTULO 20	216
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)	
Auristela Duarte Moser Fernanda Cury Martins Teigão Kethelyn Contente Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240420	
CAPÍTULO 21	230
DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)	
Pamela da Costa Lopes Sales	
DOI 10.22533/at.ed.76019240421	

CAPÍTULO 22	246
DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”	
Ana Elisa Nardo Caseri	
Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240422	
CAPÍTULO 23	258
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA	
Maria Almerinda de Souza Matos	
Cátia de Lemos	
Claudenilson Pereira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.76019240423	
CAPÍTULO 24	270
ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI	
Marcia Scavinski	
Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240424	
SOBRE A ORGANIZADORA	287

A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ

Janaíara Maria de Paiva Ferreira

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UEVA-
Sobral-Ceará

Sandra Maria Fontenele Magalhães

Universidade Estadual do Vale do Acaraú-UEVA-
Sobral-Ceará

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. Nesse sentido, o problema da pesquisa situa-se em uma realidade de avanço do capitalismo e de crescente precarização das condições de trabalho no campo. Diante dessa realidade contraditória e excludente, os camponeses têm sido incansáveis na luta pela manutenção do modo de vida camponês. O assentamento Ubá é fruto dessa luta pois, o intenso processo de expropriação e exploração vivenciado pelos moradores desencadeou a luta pela conquista da terra. Utilizou-se como metodologia a aplicação de entrevistas semiestruturadas, revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Identificou-se que a terra da fazenda Ubá pertencia à diocese de Sobral e, que a luta pela conquista da terra teve início em 1986 tendo como estopim a mudança de

gerente. Os moradores de Ubá insatisfeitos com o novo gerente, uniram-se aos moradores da fazenda vizinha iniciando a luta contra a dominação dos latifundiários. Portanto, no contexto da luta os camponeses têm suas reivindicações aceitas pela Igreja em 1988, dando origem ao assentamento. A conquista do assentamento tem garantido a reprodução camponesa no território capitalista, garantindo assim a permanência na terra.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos rurais; Campesinato; Reforma agrária.

ABSTRACT: The objective of this article is to understand the process of struggle of the peasants for the conquest of the land of the Ubá settlement of the municipality of Santa Quitéria - Ceará, seeking to understand how the peasants resolved to resist and fight against the domination of the landowners. In this sense, the research problem lies in a reality of the advance of capitalism and the growing precariousness of working conditions in the countryside. Faced with this contradictory and exclusive reality, the peasants have been tireless in the struggle for the maintenance of the peasant way of life. The Ubá settlement is the result of this struggle, since the intense process of expropriation and exploitation experienced by the inhabitants unleashed the struggle for the conquest of the land. The methodology used was the application

of semi-structured interviews, bibliographic review and field research. It was identified that the land of the farm Ubá belonged to the diocese of Sobral and that the struggle for the conquest of the land began in 1986 having as a stop the change of manager. The residents of Ubá, dissatisfied with the new manager, joined the residents of the neighboring farm, beginning the struggle against the domination of the landowners. Therefore, in the context of the struggle the peasants have their claims accepted by the Church in 1988, giving rise to the settlement. The conquest of the settlement has guaranteed the peasant reproduction in the capitalist territory, thus ensuring the permanence on the land.

KEYWORDS: Rural settlements; Peasantry; Land reform.

1 | INTRODUÇÃO

As discussões desenvolvidas neste artigo nascem da necessidade de entender o processo de mobilização dos camponeses pela terra do assentamento Ubá, localizado no município de Santa Quitéria, Estado do Ceará. Procuramos evidenciar como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos patrões.

O contexto de intensa expropriação e exploração social vivenciado pelos camponeses, resultante, sobretudo, da estrutura fundiária concentradora e espoliadora desencadeou a luta pelas terras do assentamento. Os camponeses, resistido à expulsão do campo, se mobilizam, criam estratégias, reivindicam o direito de permanecer na terra e conquistam o assentamento.

2 | OBJETIVOS

Entender o processo de conquista da terra do assentamento Ubá, buscando compreender o processo de luta e resistência camponesa pela conquistar e permanência na terra de trabalho.

Analisar a produção e organização espacial do assentamento.

3 | METODOLOGIA

As reflexões expostas neste artigo resultam de Pesquisa Qualitativa realizada mediante a associação de três pilares fundamentais: pesquisa documental, empírica e teórica. No tocante à empiria, realizamos estudos de campo no intuito de obter informações precisas sobre o processo de luta pelo território do assentamento. No estudo de campo, foram realizamos, ainda, entrevistas com os assentados e com lideranças dos camponeses que participaram da luta pela terra. A pesquisa documental pautou-se no estudo do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

No intuito de obter o auxílio necessário ao entendimento da problemática estudada, recorreremos à leitura de teóricos como Oliveira (1989), Martins (1990),

Nascimento (1986) e Diniz (2008).

4 | RESULTADOS

A história do assentamento Ubá remete a luta camponesa pela reprodução e manutenção de uma vida assentada na autonomia, no controle e na apropriação do resultado do seu trabalho. Os camponeses reagindo ao processo de expropriação e exploração que eram submetidos passaram a questionar a forma de distribuição e propriedade da terra, travando uma luta pela conquista da terra de trabalho.

A terra da Fazenda Ubá pertencia a Diocese de Sobral, tendo com gerente o Sr. José Macário. Na fazenda os camponeses tinham a permissão para morar e trabalhar na terra, ficando estabelecido o pagamento corresponde a 1/5 da produção, ou seja, do milho, feijão, arroz e do algodão, conforme afirmam os assentados entrevistados.

A gente chegou aqui no dia 18 de janeiro de 1972, aí fomos pedir morada ao Sr. José Macário que permitiu que a gente ficasse. Então no mesmo ano construímos uma casa de taipa. O patrão não ajudava em nada, tudo era feito com nossas próprias posses. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

A gente que morava na terra do patrão tinha que aguentar tudo calado, não nos ajudava em nada e tínhamos que pagar a renda da terra que era um quinto de toda nossa produção. Naquele tempo a gente só tinha o para sobreviver. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

O morador arcava com todo gasto do processo produtivo, ou seja, a broca, a destoca, a queima, a construção das cercas, a aquisição de sementes e a colheita. Cabe mencionar que o morador era obrigado a deixar os restos da cultura do roçado como forragem para o proprietário, que a utilizava para alimentar o gado nos períodos mais secos ou arrendava para proprietários vizinhos. Essa situação aparece retratada na fala dos assentados pesquisados.

Quando chegava aqui o patrão dizia logo pra gente que não podíamos criar gado porque a forragem era dele, e se a gente tentasse criar era um gado solto. Aqui tinha gente que criava, mas era pouco porque também o inverno às vezes não ajudava muito. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Nós não criávamos gado porque não tinha como alimentar o gado nos períodos mais secos, porque a gente era obrigada a deixar para o gado do patrão. Então, assim as reses ficavam muito magras às vezes até morriam de fome, aí não valia a pena. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Como a gente que morava na terra do patrão não podia criar gado porque era uma exigência dele, quando o inverno era bom e ficava muita forragem o patrão chegava a arrendar para pessoas que traziam o gado de Groaíras.

(Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Neste caso, o proprietário recebia o pagamento pela renda, tanto em produto como em trabalho, ou seja, fica com uma parte da produção do morador, sem precisar

pagar pela sua mão de obra, e com o pasto para alimentar o gado.

Conforme Oliveira (2000, p. 19), esta relação “revelou que o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas (parceria familiar) para produzir o capital”. Assim sendo, “o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. Portanto, a produção do capital nunca é gerada por relações especificamente capitalistas de produção”. (OLIVEIRA, 2001, p. 479).

A subordinação do camponês em relação ao proprietário se dava, também, na comercialização do algodão, visto que a venda do produto devia ser feita exclusivamente com o patrão, com isso ele garantia a compra do algodão sempre por um preço mais baixo do que estava no mercado, conforme mostra a fala do assentado.

Todos aqueles que moravam na terra do patrão tinha que vender o algodão a ele e o preço era dado por ele. As vezes tinha gente que tentava vender a outra pessoa mais o patrão acabava descobrindo e impedia a venda. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Para Nascimento (1986, p.124), a proibição era uma das formas de controle encontradas pelo proprietário sobre o morador:

Controlar no sentido de impedir que este viesse a ter condições de sair do jugo a que estava submetido, vender para outra pessoa de fora da fazenda significa receber em dinheiro vivo e frequentemente conseguir preços mais altos que os pagos na fazenda.

É interessante lembrar que além da dependência com o patrão os moradores estavam sujeitos a perderem toda a produção caso o inverno não fosse bom. Neste caso, o morador por não ter condição de pagar a renda contraia uma dívida com o patrão que cobraria com juros na próxima safra. Porém se a colheita não fosse satisfatória o montante da dívida do camponês aumentava ocasionando sérios prejuízos.

Conforme Nascimento (1986, p.103)

A dívida uma vez contraída com o proprietário da terra, faz com que o camponês se subordinasse de forma direta ao proprietário pois é no momento da comercialização da produção que o proprietário procede ao que denominamos de sobre-produção.

Assim, a compra antecipada do algodão é a condição que o proprietário estabelece para a concessão de empréstimos aos parceiros. Por esse turno o parceiro por necessitar ao longo do processo produtivo de recursos para tocar no seu roçado e para a própria manutenção e a de sua família, acaba apelando ao proprietário (NASCIMENTO, 1986).

Conforme Oliveira (1981, p.49):

Estes empréstimos eram feitos para financiar as entressafras, período entre uma safra e outra colheita. O proprietário financiava em espécie algumas mercadorias que o trabalhador não produzia, e descontava na colheita, cobrando preços exorbitantes, esse fornecimento em espécie: no fim, restará ao meeiro tão somente sua própria força de trabalho e a de sua família, com a qual recomeçará o círculo infernal de sua submissão.

A relação de sujeição do morador estendia-se também na concessão de alguns dias de trabalho na propriedade do patrão. Isso significava que quando fosse preciso o morador devia trabalhar alguns dias da semana para o dono da terra, recebendo uma diária geralmente com um preço inferior ao da região. Veja o depoimento do assentado.

“A gente que morava na terra do patrão, só podia trabalhar para ele e, geralmente nós trabalhava no máximo dois dias da semana. O preço que ele pagava era muito pouco”. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Sobre essa questão Martins (1990, p.17), ressalta que no sistema da fazenda, as relações eram fortemente marcadas pelo apadrinhamento e a lealdade, isto implicava responsabilidades, “da parte do fazendeiro ou o patrão, a proteção e a prestação de certos serviços assistenciais, do lado do trabalhador, obediência e resignação com a situação de inferioridade”.

Assim sendo, as relações sociais estabelecidas no campo entre proprietário da terra e camponês é construída a partir da relação de dominação mascarada na troca de favores, em que o primeiro cede a terra para moradia e trabalho, faz adiantamentos, fornecimento de mercadorias fiado, ficando ao morador respeito, gratidão e fidelidade.

Dessa forma, aos proprietários interessavam o fortalecimento dessas relações, pois a troca de favores era uma das formas encontradas pelo patrão de exercer controle e disciplina sem alterar a estrutura do sistema de dominação. Com isso, muitos moradores tinham no proprietário a figura de um benfeitor e em consequência não conseguia enxergar a exploração a qual estava submetido.

É no contexto dessas relações que se origina a luta pelas terras da fazenda Ubá, à época propriedade da Diocese de Sobral. Dentre os fatores que gerou a descontentamento dos camponeses está a mudança de gerente e a ausência de prestação de conta, por parte do novo gerente, com a Igreja.

Tal situação fez com que os moradores se mobilizarem e reivindicassem o fim do sistema de subordinação. Participaram do movimento oito famílias. Assim, os moradores foram até a Diocese para negociar. Na ocasião o Bispo Dom Alfredo Teixeira Vieira sugeriu que a cobrança pela renda da terra fosse 10% em vez de 1/5. A proposta do Bispo mostrou que a preocupação da Igreja católica era desmobilizar a organização dos camponeses, impossibilitando manifestações futuras, mantendo assim o controle sobre os camponeses e, ao mesmo tempo, a estrutura dominante.

Assim sendo, os moradores recursam as novas regras e unidos partem para o enfrentamento direto contra o latifundiário. Nesse momento os camponeses tiveram o apoio de alguns poucos padres progressistas e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Groaíras. Mediante ao confronto os camponeses além de deixarem de pagar a renda da terra não aceitaram mais o patrão colocar o gado em seus roçados, arrancaram cercas e queimaram algumas madeiras.

Na tentativa de desmobilizar a organização dos camponeses, a ação passou a ser noticiada pela rádio educadora de Sobral. A rádio procurando criar uma imagem

negativa e violenta dos camponeses envolvidos na lua fazia a transmissão diária, relatando o movimento como um ato de desordem no campo. Sobre essa questão a fala do assentado é bastante enfática.

A rádio passava os nossos nomes de uma e uma hora, dizendo que a gente tava causando baderna no campo porque nós tínhamos parado de pagar a renda. Mas a gente só tava lutando para ter uma vida melhor porque nós era muito submissos ao patrão. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

O confronto entre os camponeses e o proprietário da terra perdurou-se de 1986 a 1988, ou seja, foram dois anos de embate. Assim sendo, em 29 de julho de 1988 a Igreja finalmente aceita as reivindicações dos camponeses. Inicia-se a partir de então o processo de construção do assentamento Ubá. Para tanto, o Estado através do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fez a emissão da posse da terra aos camponeses, entregando 1950 hectares, e alguns investimentos fundiários.

No mesmo ano da conquista da terra foi criada a Associação Comunitária dos Pequenos Trabalhadores Rurais do assentamento Ubá. Na primeira assembleia foi decidido que todos que moravam na terra teriam o direito de ser assentado independente de terem lutado pela posse da terra. Assim o único critério adotado para ser assentado era ser trabalhador rural.

Segundo Alencar (2000, p. 85) “Os assentados têm consciência de que, para superara a servidão, necessitam de capital fundiário, de capital de exploração e de projetos para o financiamento das atividades no assentamento, uma vez que trabalham de sol a sol, e o trabalho rende somente para comer”.

Nesse processo, os assentados aprovam o primeiro projeto no ano de 1995, foi o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), que propunha a viabilização do assentamento como uma unidade de produção sendo que a proposta técnica compreendia os setores econômicos e sociais. Quanto a proposta econômica envolvia tanto a parte da agricultura, quanto a pecuária, quer fosse individual, quer fosse coletivo, enquanto a proposta social previa a construção de casas. O investimento liberado foi de R\$ 600 mil reais. As falas dos assentados relatam esse momento de recebimento dos recursos do FNE:

Com o FNE, a gente pode comprar algumas cabeças de gado. No primeiro momento veio 2 duas vacas para cada assentado, depois veio o gado da associação. Foi muito gado que foi comprado, que foi trazido duas carradas de gado de Quixadá. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Sobre aquele projeto, o FNE foi bom pois com ele a gente construiu nossa casa de tijolo, e começamos a ter uma vida melhor, pois antes a gente não tinha nada. (Assentado, entrevistado em 17 de junho de 2018).

Em relação ao custeio agrícola, quer fosse individual, quer fosse coletivo destinava-se as culturas de produção do milho e feijão, e cada assentado cultivaria uma área de no máximo 3 hectares. Cabe mencionar que a cultura do algodão foi abandonada devido a chegada do bicudo e o arroz devido à falta de invernos regulares. Enquanto

que a pecuária individual era para a manutenção de aves, suínos e caprinos. E, a pecuária coletiva destinava-se apenas para o manejo de animais de grande porte, ou seja, para o gado.

Referindo-se a distribuição das terras, as lavouras coletivas ficaram nos melhores solos sendo as produções destas destinadas a geração do excedente, em que o milho era usado para alimentar o gado e o feijão ficava reservado para períodos secos e posteriormente ser dividido para os assentados, enquanto que o destino da produção individual era para o consumo do assentado e de sua família.

Verificou-se que após a implantação do assentamento, este contou com a assistência técnica seja da EMATERCE, seja do INCRA apenas nos primeiros seis anos. A conclusão do projeto do FNE que financiou a compra do gado, coincidiu com a suspensão do acompanhamento técnico, ou seja, da capacitação/orientação.

Atualmente o assentamento tem vivenciado problemas de ordem financeira. Os assentados, sem reservas financeiras, tiveram que vender alguns bens coletivos para pagar a dívida com o Banco do Nordeste. Aliado a esse elemento os assentados enfrentam outro problema o pouco interesse pelos roçados coletivos, de modo, que refletiu-se numa grave redução dos trabalhadores o que causou a falência total dessa prática.

No entanto, apesar da ruptura das relações coletivas os assentados resistem ao sistema capitalista ao qual estão inseridos através da cultura de produção de subsistência, do mutirão para limpar as estradas, da relação de solidariedade entre os assentados.

Pode-se dizer que apesar dos entraves e dificuldades na Reforma Agrária encontram – se uma infinidade de fatos que deixam os camponeses felizes em usufruir suas parcelas e compartilharem suas vivências e dificuldades com os demais assentados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que apesar das dificuldades vivenciadas no assentamento Ubá este se constitui como um novo território, portanto, fruto da luta dos camponeses contra o latifúndio. Assim, a luta do camponês configura-se como uma luta pela própria recriação do campesinato.

Nessa perspectiva, percebe-se que no processo de luta os antigos moradores de condição de Ubá, quando partem para o enfrentamento contra o proprietário da terra, conscientizam-se da dominação a qual estavam submetidos, ou seja, identificam as contradições sociais.

Assim sendo, a conquista da terra representa para esses assentados o fim das relações de dominação, passam a compreender a importância de se organizarem, têm o poder de decisão, são os donos do que produzem.

Apesar dos obstáculos enfrentados por esses camponeses/assentados, principalmente no que se refere a políticas de gestão de assentamento, ressaltamos que estes acreditam que a melhor forma de se libertarem de todas as subordinações foi através da luta.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro de. **Os impactos sócio-territoriais dos assentamentos de reforma agrária**: o caso do sertão do Ceará. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2000.

MARTINS, Mônica Dias. **Reforma agrária**: sonho, sonhei, sonhamos-luta de classes e assentamentos em terras do Ceará. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 1990.

NASCIMENTO, Edna dos Anjos. **Terra liberta?** (a luta pela desapropriação da fazenda monte castelo-Quixadá-Ceará). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **“Renda da terra”**. In: Orientação, n. 5, p. 94-95. IGEOG/USP, São Paulo, 1984.

_____: A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, n 43(2001) São Paulo: IEA, 2001.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-276-0



9 788572 472760